



Perfil Socioeconômico do Município de Iraceminha/SC

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

G511 Giotto, Enio et al.

Perfil Socioeconômico do Município de Iraceminha/SC: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Enio Giotto, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Gabriel Nunes de Oliveira, Nilson Luiz Costa, Júlia Laize Bandeira Calgaro, Saionara da Silva. - Palmeira das Missões/RS, 2019.

37 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Giotto,Enio. II.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. III.Oliveira, Gabriel Nunes de. IV.Costa, Nilson Luiz. V.Calgaro,Júlia Laize Bandeira. VI.Silva,Saionara da.

CDU 338.1



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Sérgio Luiz Triches
Gustavo Pereira Fortes
Valéria Maria Zanatta Senger
Jocler Moresco
Walmor Liberalesso
Leocácio Gallo Paloschi
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

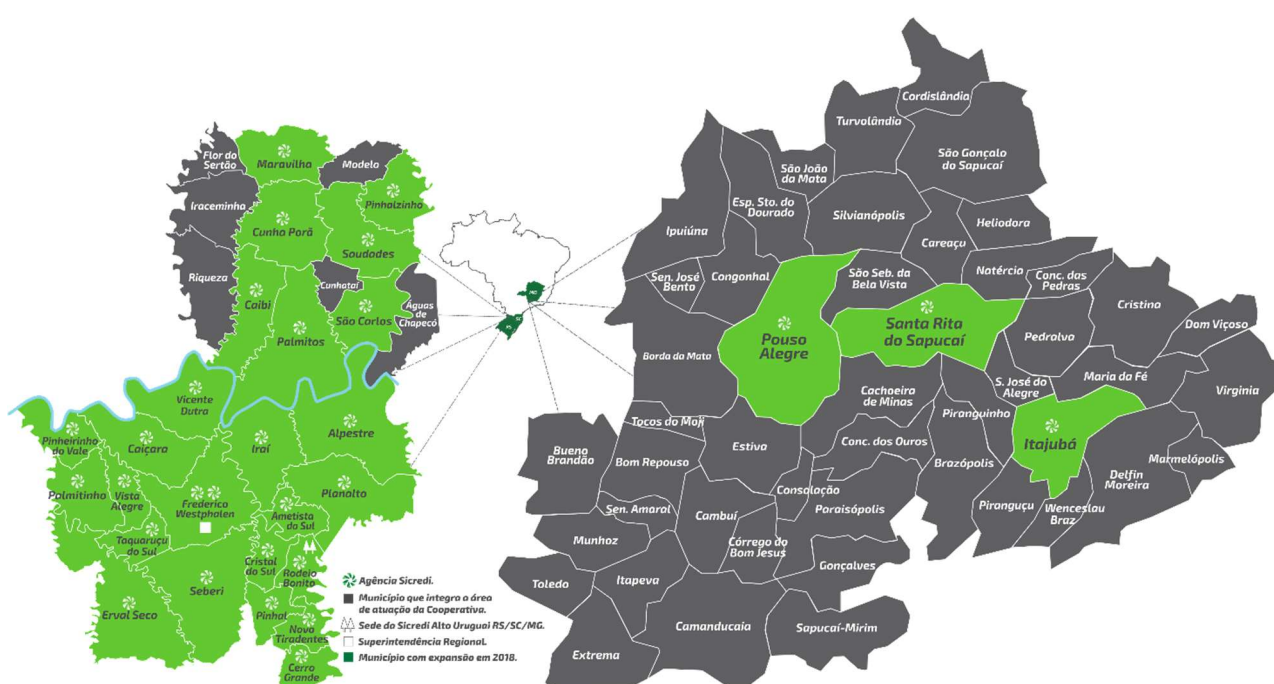
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE IRACEMINHA	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Iraceminha.....	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	24
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação.....	24
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	25
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	26
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	28
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento.....	30
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Iraceminha/SC** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições de pessoas da sociedade e representantes de entidades para esta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório “Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional”, no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE IRACEMINHA

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Iraceminha/SC (2019), o município está situado na mesorregião Oeste Catarinense, distante 740 Km da capital do estado, Florianópolis. Possui limites com os municípios de Maravilha e Flor do Sertão, Riqueza e Caibi, Cunha Porã e Descanso, ao Norte, Sul, Leste e Oeste, respectivamente.

Segundo a Lei nº 7.577 de 26 de abril de 1989, o município de Iraceminha foi criado, sendo instalado em 1 de janeiro de 1990, desmembrando-se de Cunha Porã, com 164,376 Km quadrados.

O município possui clima mesotérmico úmido e está a uma altitude que varia de 450 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 26°49'21" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°16'28" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu no ano de 1948, quando a família Korb vinda da localidade de Escuma, Costa do Rio Chapecó chegou ao local onde hoje é o município de Iraceminha – SC. Tal família veio com a Companhia Territorial Sul Brasil que trouxera outros gaúchos (de Serafina Corrêa/RS e de Passo Fundo/RS) para demarcarem as terras e fazerem as primeiras picadas (Prefeitura Municipal de Iraceminha/SC, 2019).

Neste ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 3.976 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 4.253 habitantes

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	722	33%	746	36%	1.468	35%
Rural	1.450	67%	1.335	64%	2.785	65%
Total	2.172	100%	2.081	100%	4.253	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 65% da população de Iraceminha vive na zona rural, fato que reforça os traços agrícolas do município.

Do contingente populacional total (rural e urbano), 22% tem até 14 anos, 21% de 15 a 29 anos, 41% de 30 a 59 anos e 16% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	472	21,73	445	21,38	917	22
15-29 anos	478	22,00	424	20,38	902	21
30-59 anos	900	41,44	860	41,33	1.760	41
60 ou mais	322	14,83	352	16,91	674	16
Totais	2.172	100,00	2.081	100,00	4.253	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Iraceminha

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

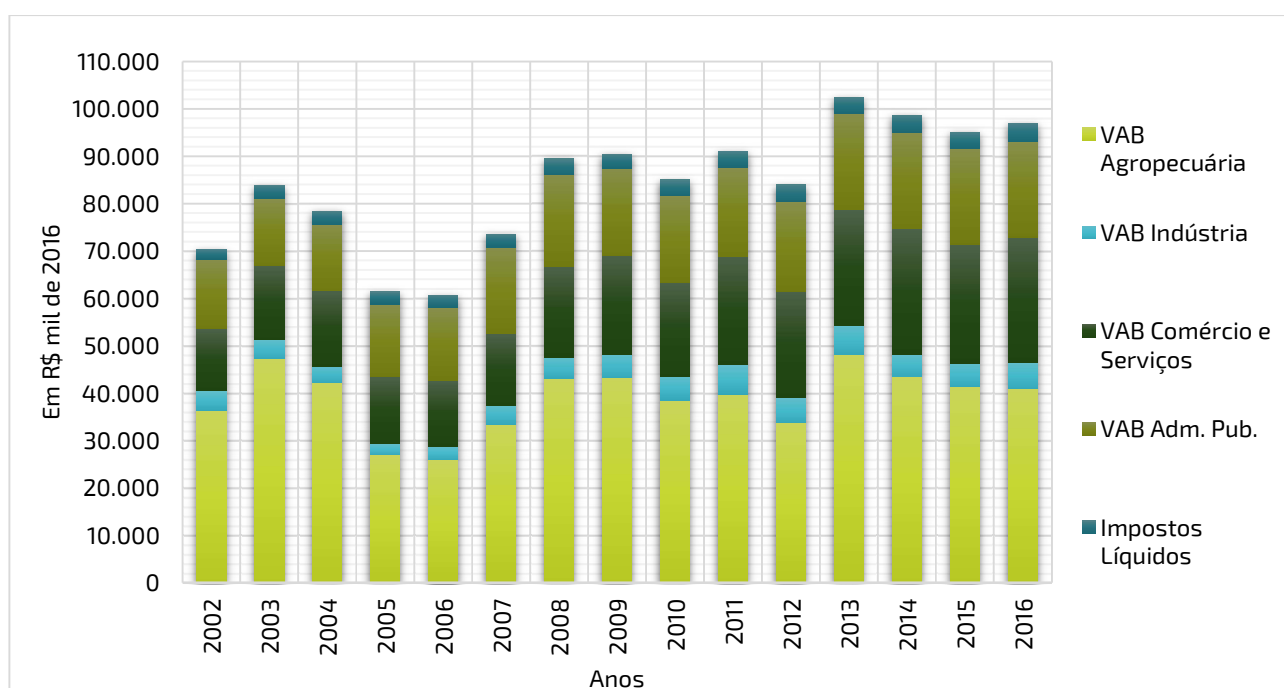
³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2016, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 70,386 milhões para R\$ 97,043 milhões. Em 2013 o PIB Real foi de R\$ 102,4 milhões, maior valor encontrado no período.

Neste período, os serviços e o setor agropecuário se constituíram como os setores com maior capacidade de geração de riquezas, conforme é possível observar na Figura 2.

Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016

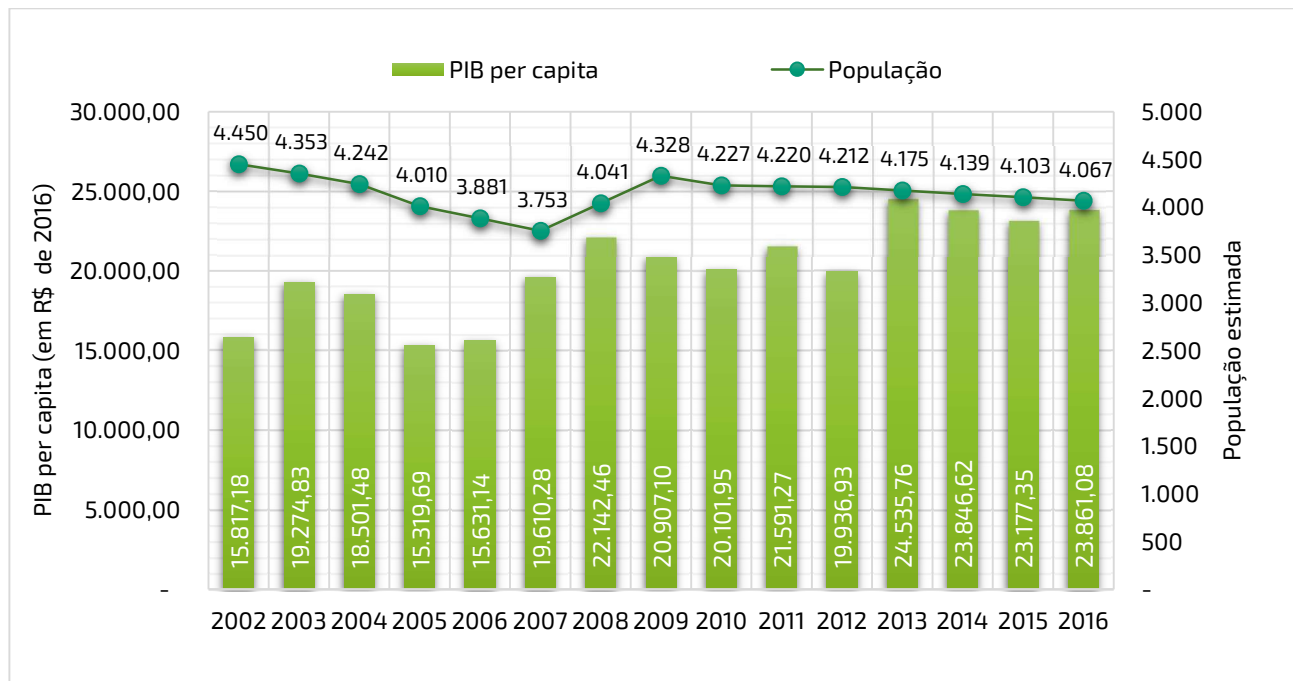


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Entre 2002 e 2016 o contingente populacional apresentou redução, uma vez que passou de 4.450 habitantes para 4.067 habitantes.

Do início do período analisado até o ano de 2016, o PIB Real *per capita* evoluiu de R\$ 15.817,18 para R\$ 23.861,08. Apesar da evolução, ainda está abaixo da média regional (R\$ 34,73 mil) e da média do estado de Santa Catarina (R\$ 37,14 mil).

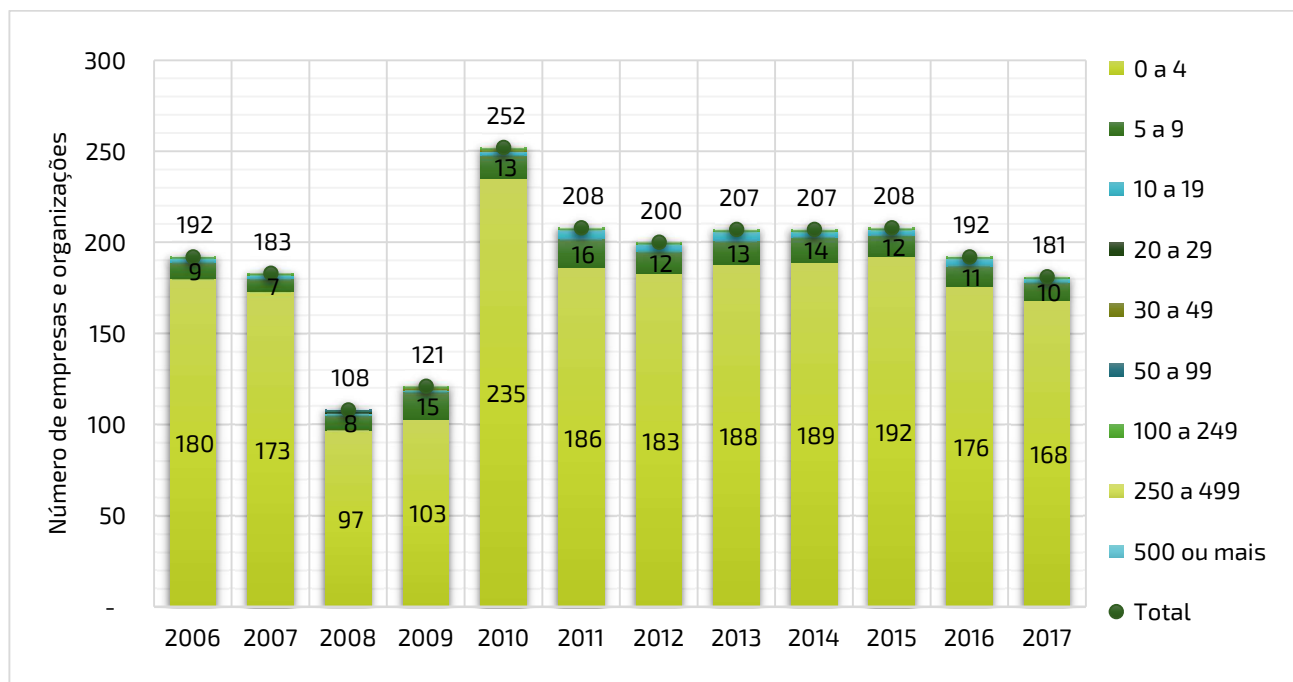
Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apresenta-se na Figura 4 a composição das empresas e organizações.

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017

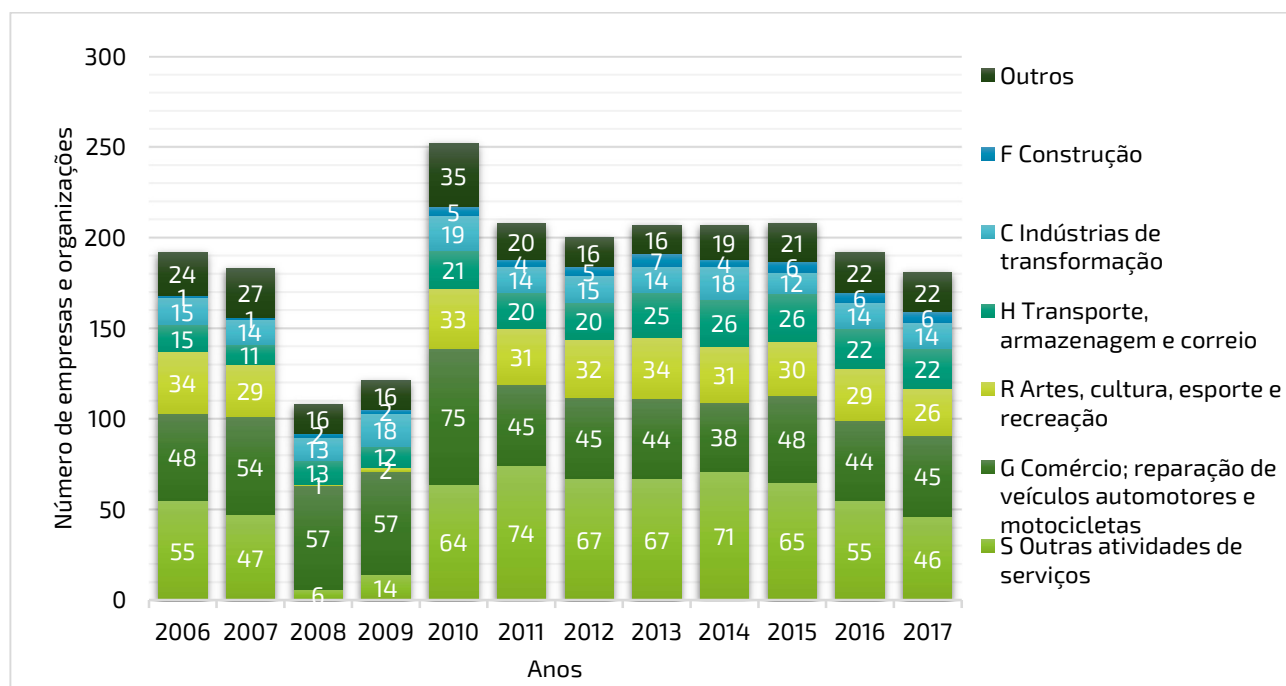


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta majoritariamente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 92,82% das empresas e organizações do município no ano de 2017 (Figura 4). Em 2017, 13 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 10 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados.

Na Figura 5 apresenta-se a evolução no número de empresas de todos os segmentos da economia municipal. Nesta é possível observar que o segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas (45, equivalente a 24,86% do total no ano de 2017). Contudo, houve redução nesse setor quando comparado ao ano de 2006 em que era composto por 48 empresas e organizações.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Um total de 26 empresas e organizações atuam na atividade de artes, cultura, esporte e recreação no ano de 2017, representando 14,36% do total. Seguidas do segmento de transporte, armazenagem e correio (22) e do segmento de indústrias de transformação (14).

O número de empresas e organizações no setor de construção vem aumentando ao longo do período analisado, fechando 2017 com 06 empresas e representando cerca de 3,31% do total. Sendo assim, destaca-se que os segmentos voltados ao comércio e oficinas mecânicas, artes, cultura, esporte e recreação, bem como transporte, armazenagem e correio, agregam a maior parte das empresas e organizações de Iraceminha.

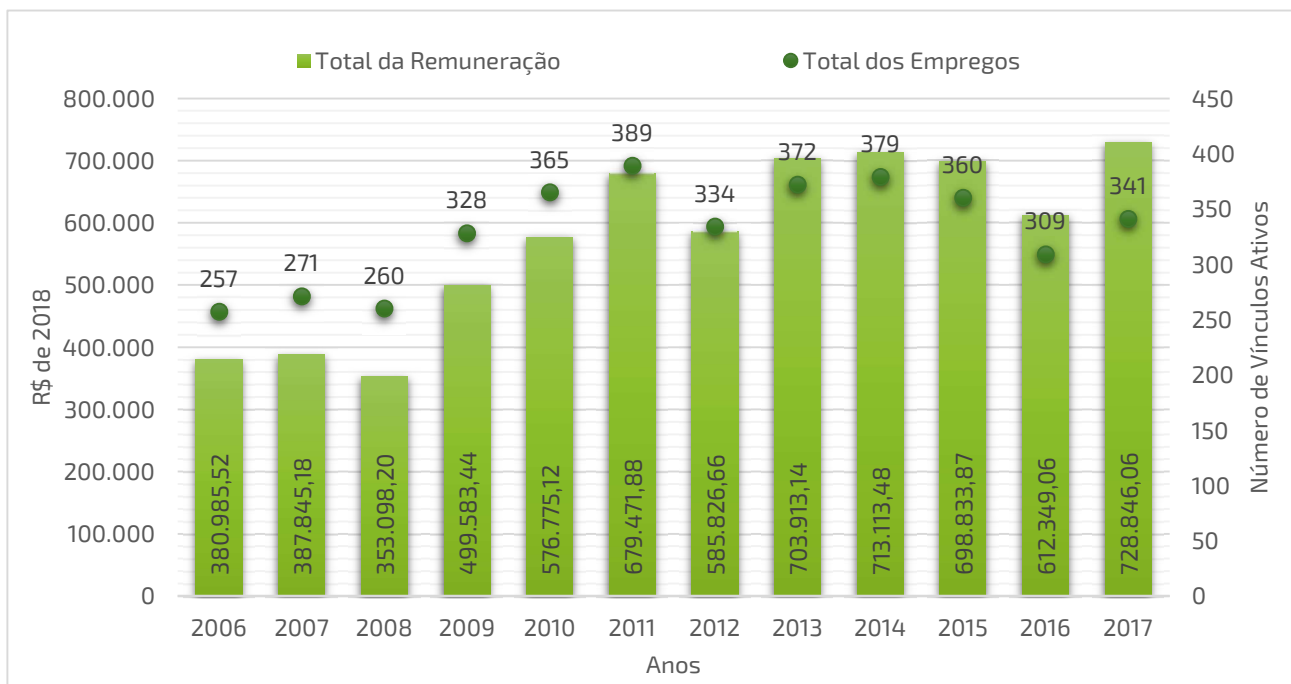
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado por meio das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir da Figura 6, observa-se a evolução do número de empregos formais no município.

Figura 6. Número de empregos formais e remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017

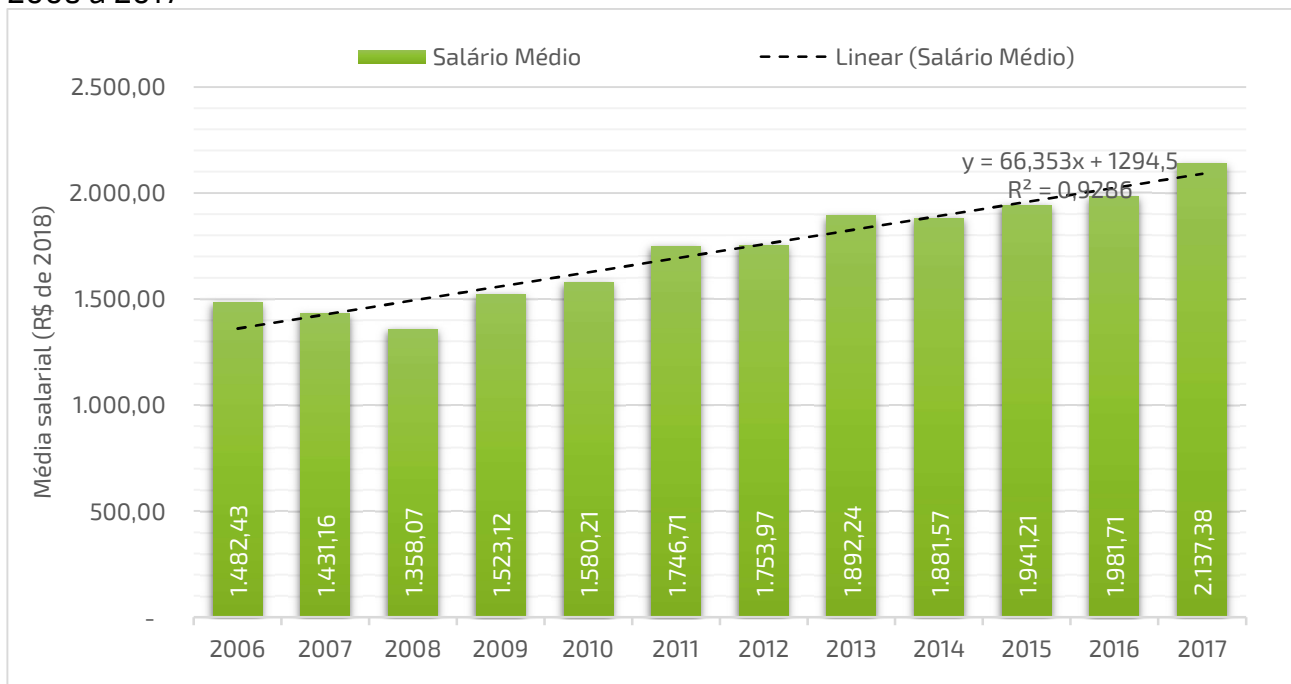


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 257 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 380.985,52 mil/mês em 2006 para 341 postos de trabalho em 2017, com um total de remuneração de R\$ 728.846,06 mil/mês em 2017, com um aumento expressivo no período analisado.

Apresenta-se na Figura 7 a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 1.482,43 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.137,38 em 2017. Isso representou uma valorização nos salários médios praticados no município. Tem-se uma retomada do salário médio praticado no município, no ano de 2019, após ter entrado em declínio no ano de 2006.

Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017



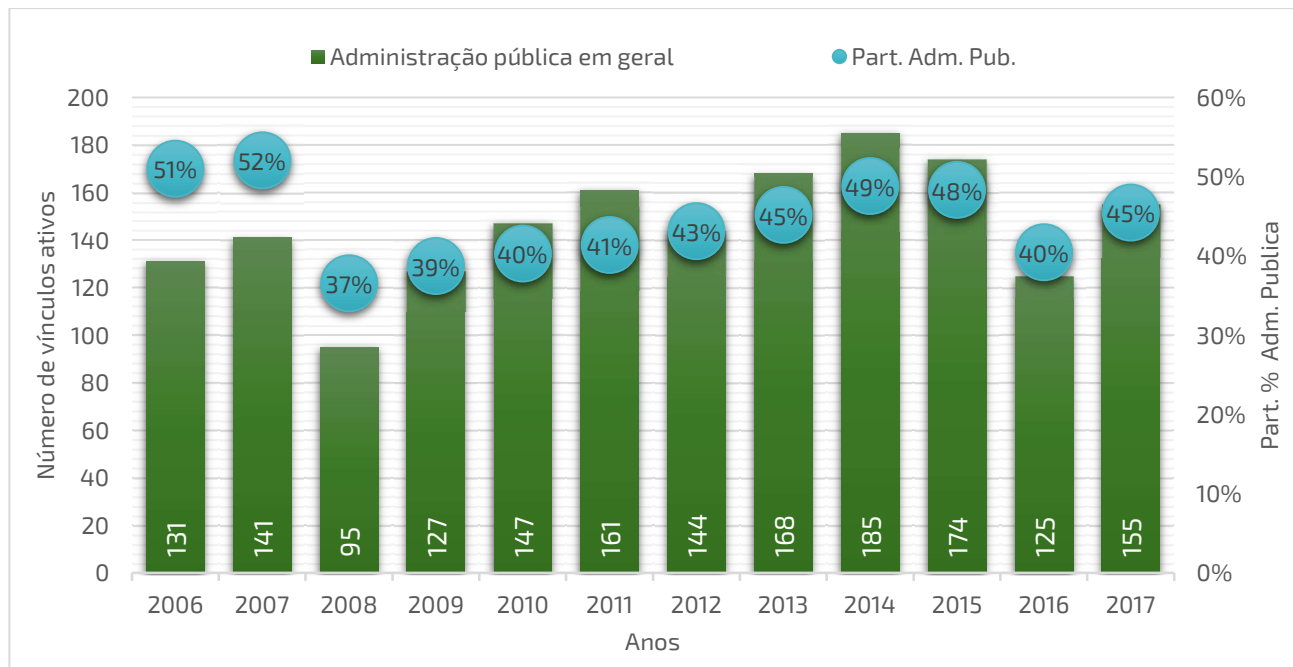
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 8 é possível observar a participação dos postos de trabalho do setor público na economia do município. Entre os anos de 2006 e 2017, a participação reduziu, sendo que no ano de 2006 era de 51%, chegou a aumentar em 2007, mas reduziu drasticamente no ano seguinte para 37%.

Nos anos seguintes imprimiu um crescimento até 2014, quando volta a decrescer e oscilar. Com isso, fecha 2018 com uma participação de 45%. Entretanto, em termos absolutos o

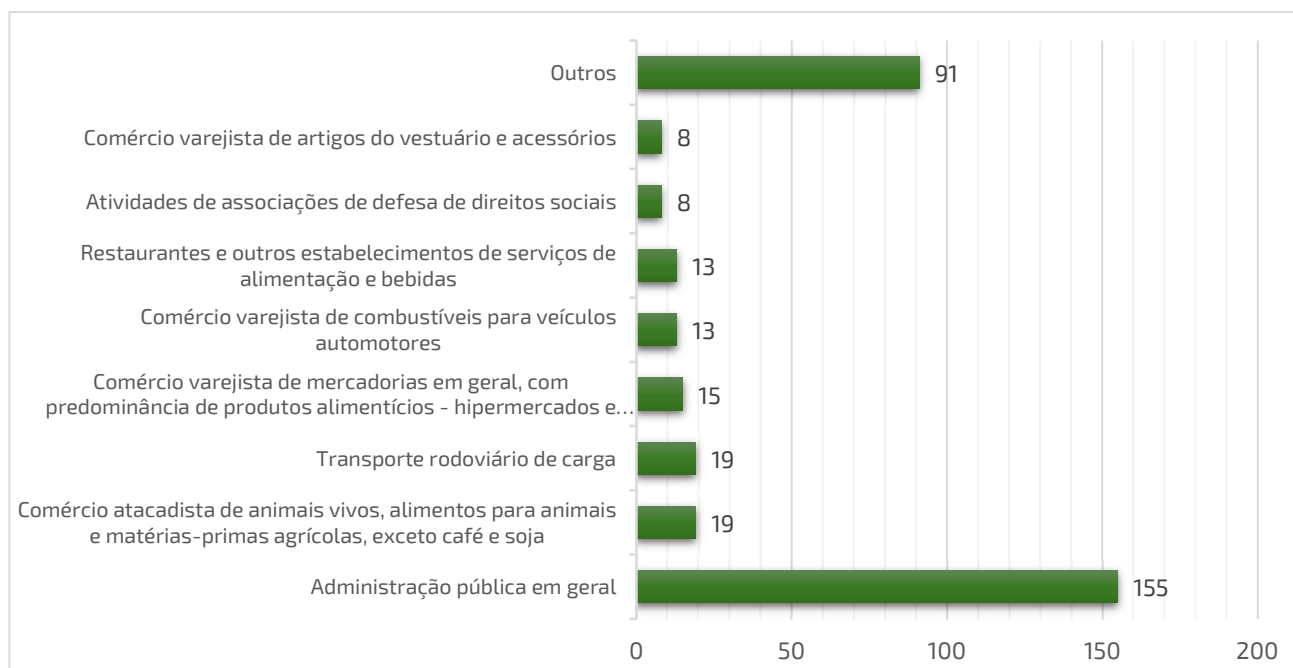
quantitativo de empregos na Administração Pública aumentou no período passando de 131 em 2006 para 155 em 2017.

Figura 8. Número de empregos da Administração Pública em Geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 9 é possível verificar a estratificação do emprego segundo as diversas atividades econômicas no município.

Observa-se que cerca de 45,45% dos empregos formais estão vinculados a Administração Pública, 5,57% ao comércio atacadista de animais vivos, 5,57% ao transporte rodoviário de carga, 4,40% ao comércio varejista de mercadorias em geral, 3,81% ao comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, e 3,81% aos restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas.

Destaca-se que entre 2006 e 2017 foram gerados 84 novos postos de trabalho, sendo os principais na administração pública em geral (24), no comércio atacadista de animais vivos (11), no transporte rodoviário de carga (10), e no comércio varejista de mercadorias em geral (11).

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades.

Cerca de 91% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 18 hectares) e concentram cerca de 75% da área. Também, 7,28% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (18 a 36 hectares) e ocupam 19,06% da área total dos estabelecimentos do município, conforme é possível observar na Tabela 3.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que 99,81% das propriedades rurais tem até 54 hectares e ocupam 98,55% da área dos imóveis rurais.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	478	3.943,55	91,57	75,31
1-2	38	997,78	7,28	19,06
2-3	5	218,92	0,96	4,18
3-4	1	76,08	0,19	1,45

4-5	0	0	-	-
5-6	0	0	-	-
6-7	0	0	-	-
7-8	0	0	-	-
8-9	0	0	-	-
9-10	0	0	-	-
10-11	0	0	-	-
	522	5.236,33	100	100

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 106 hectares para culturas perenes e 5.008 para a lavoura temporária.

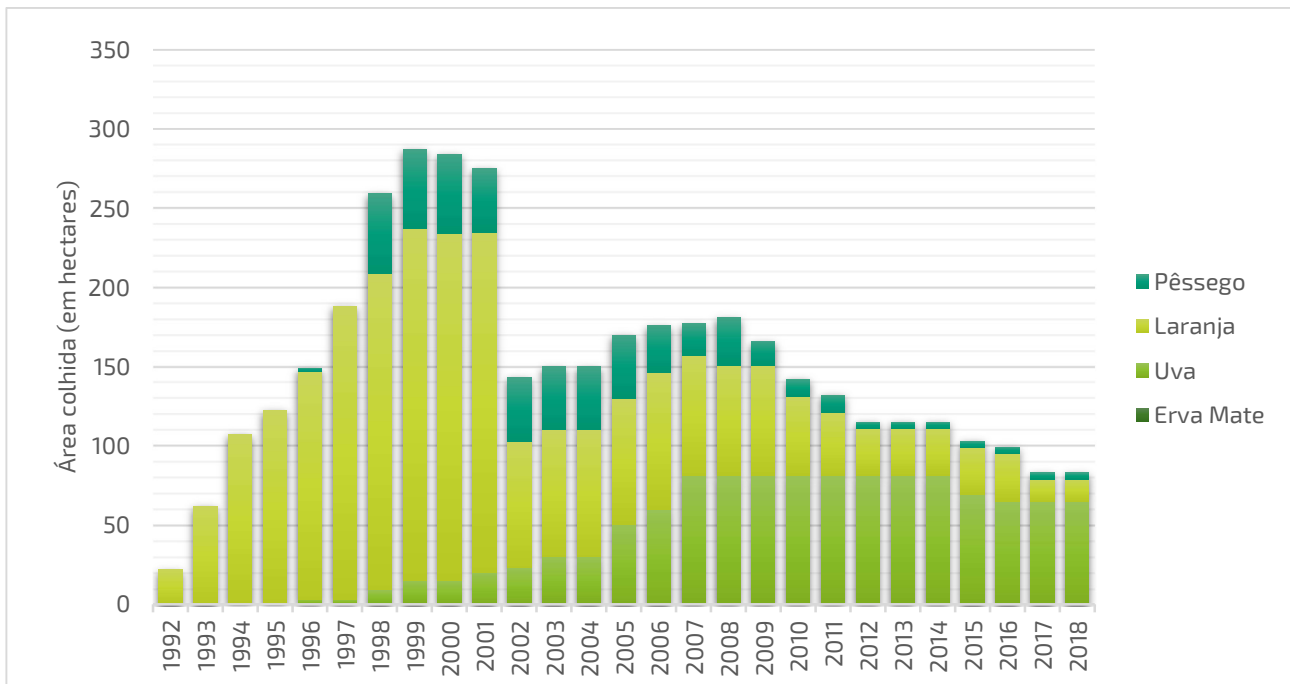
A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente apresentou uma clara tendência de aumento entre os anos de 1992 e 1999, quando inicia um processo de queda, que se intensifica no ano de 2001. Após volta a crescer e oscilar, conforme é possível observar na Figura 10.

De modo geral, a área colhida aumentou se considerar os pontos extremos, isto é, passou de 22 hectares colhidos no ano de 1992 para 83 hectares em 2018. Tendo o pico em 1999 quando foram colhidos 287 hectares.

De 1992 a 2006, a cultura da laranja apresentava as maiores áreas colhidas em relação às demais culturas, mas perdeu espaço ao reduzir sua área e devido ao aumento da área colhida de uva.

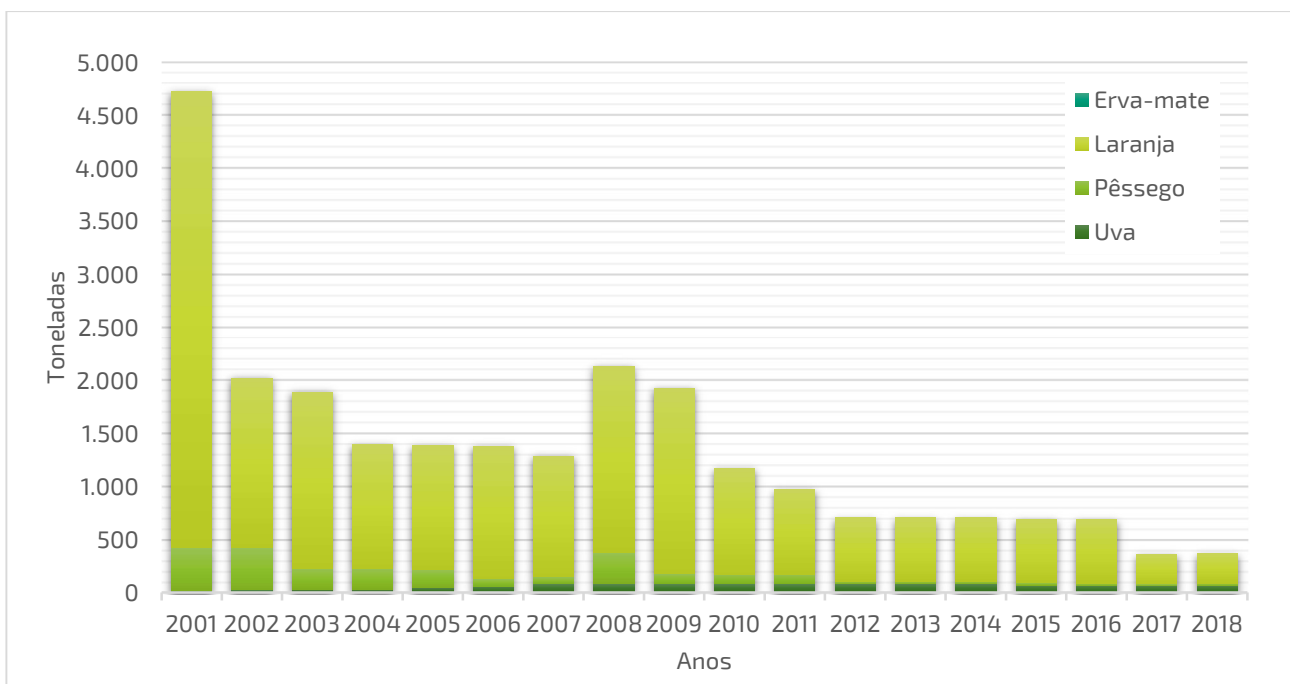
No ano de 2017 a área de uva foi a maior entre as culturas permanentes (65 hectares), enquanto a cultura de laranja ocupa cerca de 14 ha, sendo a segunda maior. Seguida da cultura do pêssego com 04 hectares colhidos.

Apresenta-se na Figura 11 a quantidade produzida das principais culturas de lavoura permanente. Nesta, é possível observar que a produção, que foi de 4,7 mil toneladas em 2001, no ano de 2018 é de 367 toneladas/ano, uma redução significativa ao longo do período de 2001 a 2018.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1992 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

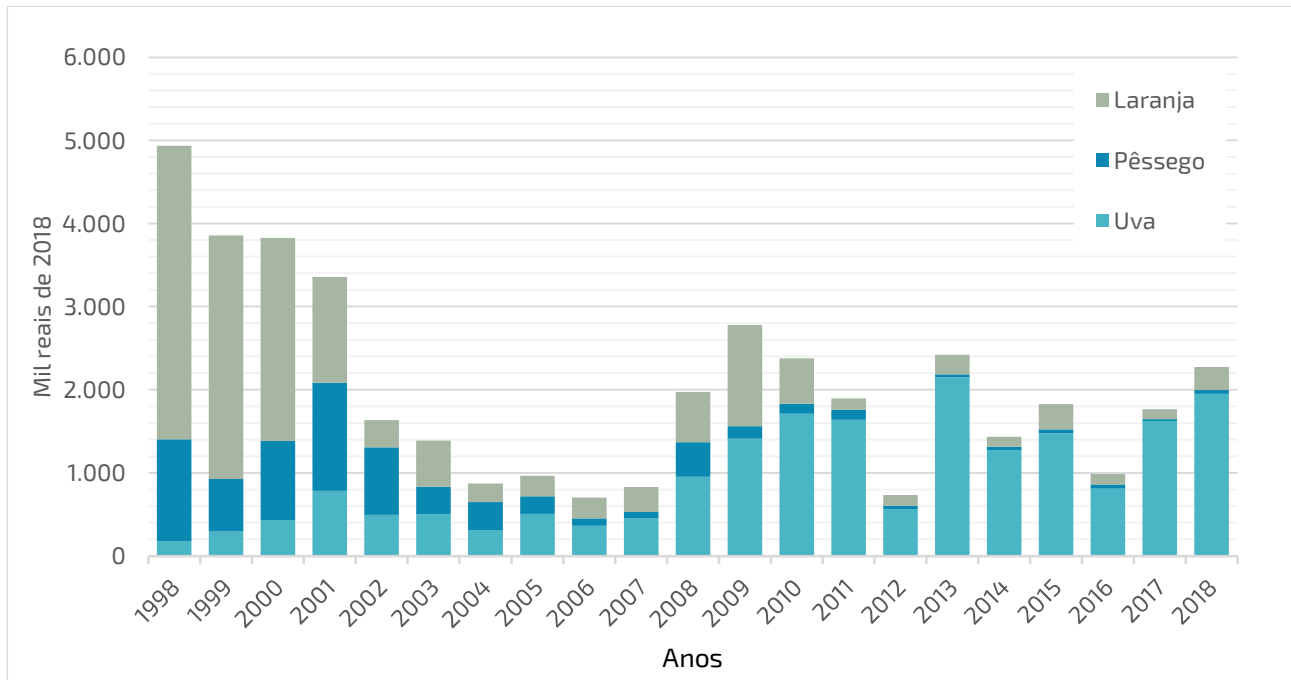
Os produtos mais expressivos foram a laranja e a uva, que no ano de 2018 tiveram uma produção equivalente a 280 e 65 toneladas, respectivamente. A produção de pêssego chegou a 22 toneladas no mesmo ano.

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 2001 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Pode-se observar na Figura 12 o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente, deflacionado pelo IGP-DI base de 2018.

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1998 – 2018

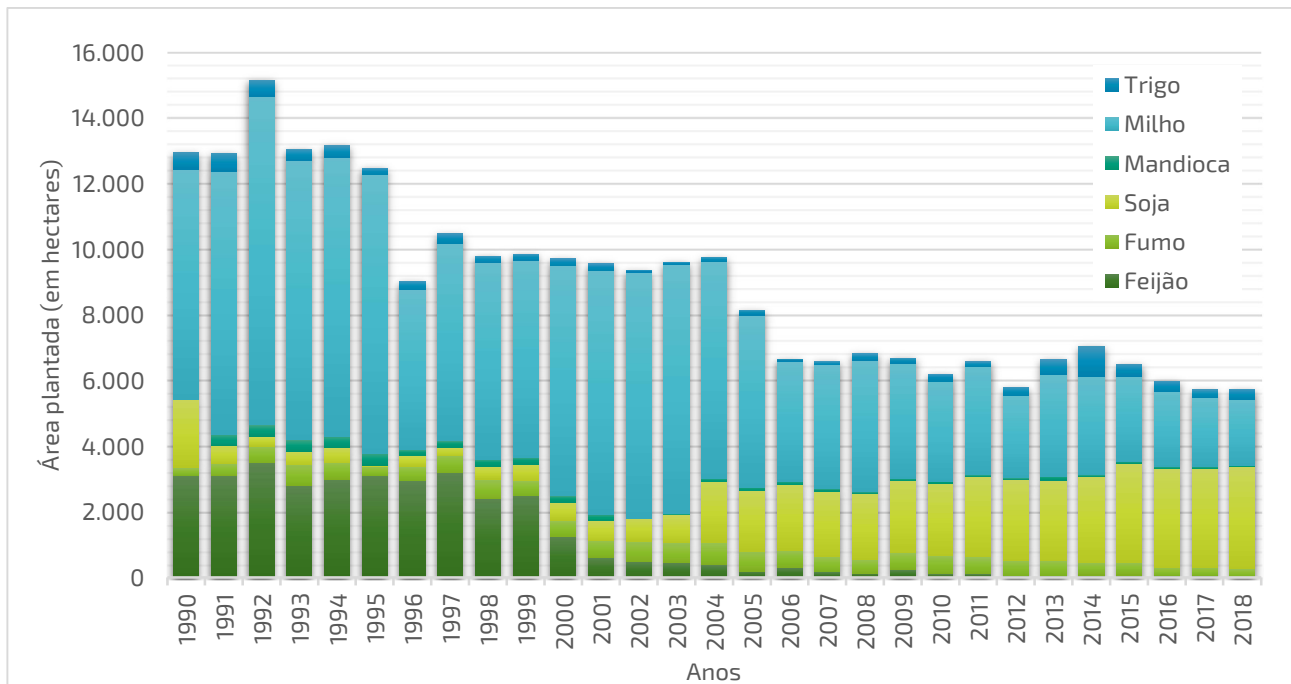


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O valor da produção da uva, para o ano de 2018, foi de R\$ 1,95 milhões. Isto representa 85,75% do valor total, que é de R\$ 2,274 milhões (somatório das culturas da uva, pêssego e laranja). O segundo maior valor da produção foi o da laranja (R\$ 280 mil), enquanto o valor de produção do pêssego para o mesmo ano foi de R\$ 44 mil.

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar que o milho, soja e trigo se constituem como as principais culturas por apresentarem as maiores áreas plantadas (Figura 13).

De modo geral, a área plantada decresceu, passando de 12,94 mil hectares em 1990 para 5,73 mil hectares em 2018, uma redução de 55,72%. No mesmo período a área plantada de milho foi reduzida de 7 mil hectares para 2 mil (redução de 71,43%). O mesmo ocorreu com o trigo, o qual passou de 500 para 300 hectares de área, apresentando uma redução de 40%.

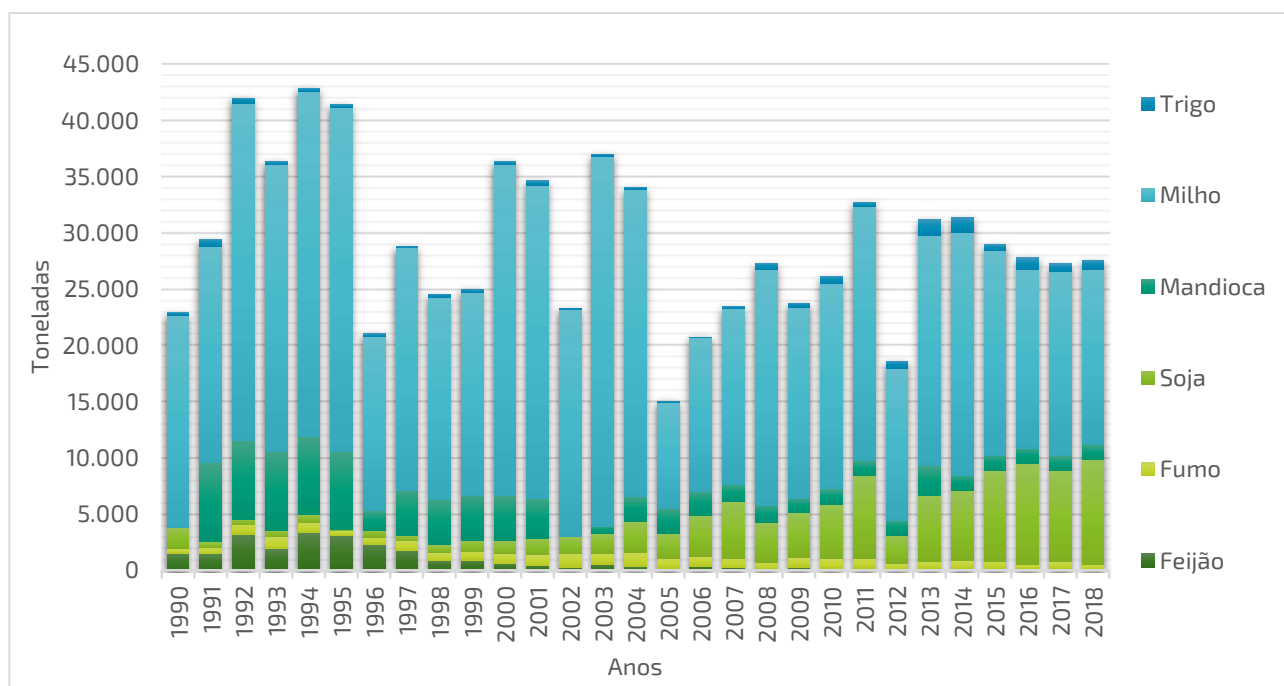
Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

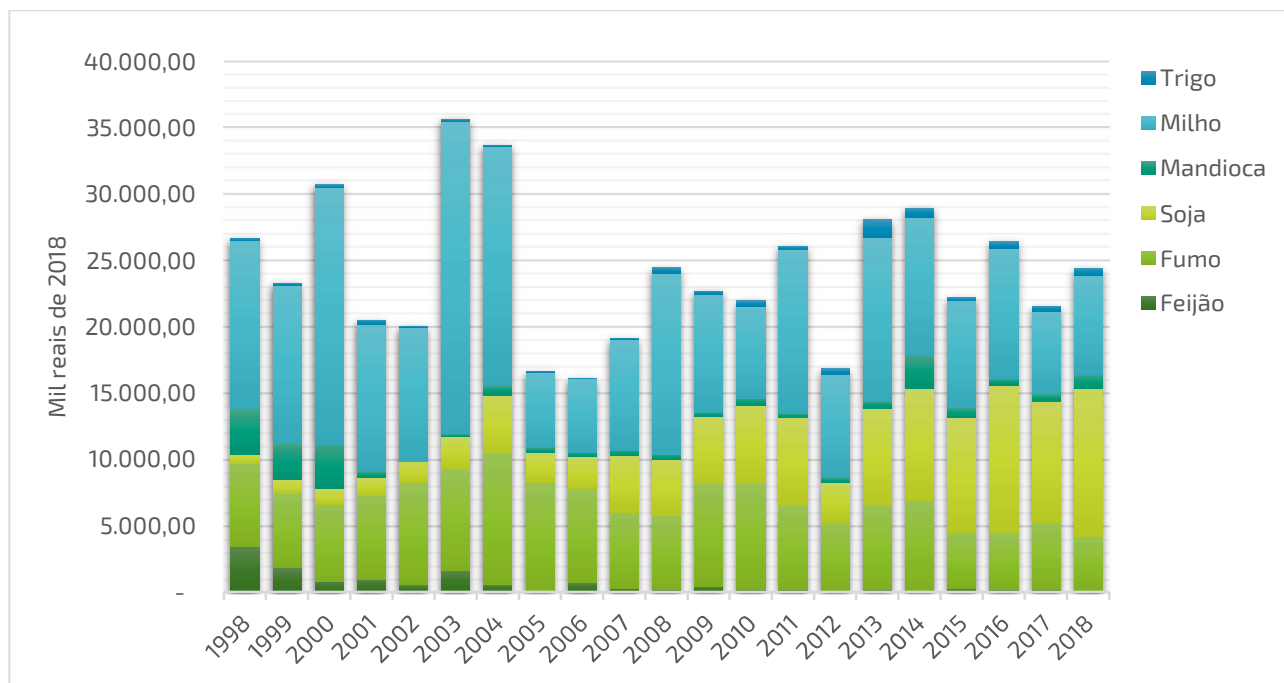
O município conta também com pequenas áreas de plantio de feijão e mandioca que apresentaram redução de 3,1 mil hectares em 1990 para 20 hectares em 2018, e de 350 hectares em 1991 para 60 hectares em 2018, respectivamente.

Destaca-se que a área plantada de soja, em 1990, foi de 2,1 mil hectares, mas foi aumentada e fechou 2018 com 3,1 mil hectares, o que representou um acréscimo de 47,62%. Outra cultura que teve ampliação de área foi a do fumo, que passou de 241 hectares para 250 hectares no mesmo período.

Na Figura 14 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. O volume de produção total foi de 22,8 mil toneladas em 1990, mas encerrou 2018 em 27,5 mil toneladas, um acréscimo de 20,50%. Destaca-se, neste contexto, que houve aumento na quantidade produzida das culturas da soja, trigo e fumo. A soja passou de 1,8 mil toneladas para 9,3 mil toneladas de 1990 para 2018. O trigo subiu de 192 toneladas para 810 toneladas no mesmo período. O fumo aumentou de 397 toneladas para 505 toneladas.

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1998 – 2018

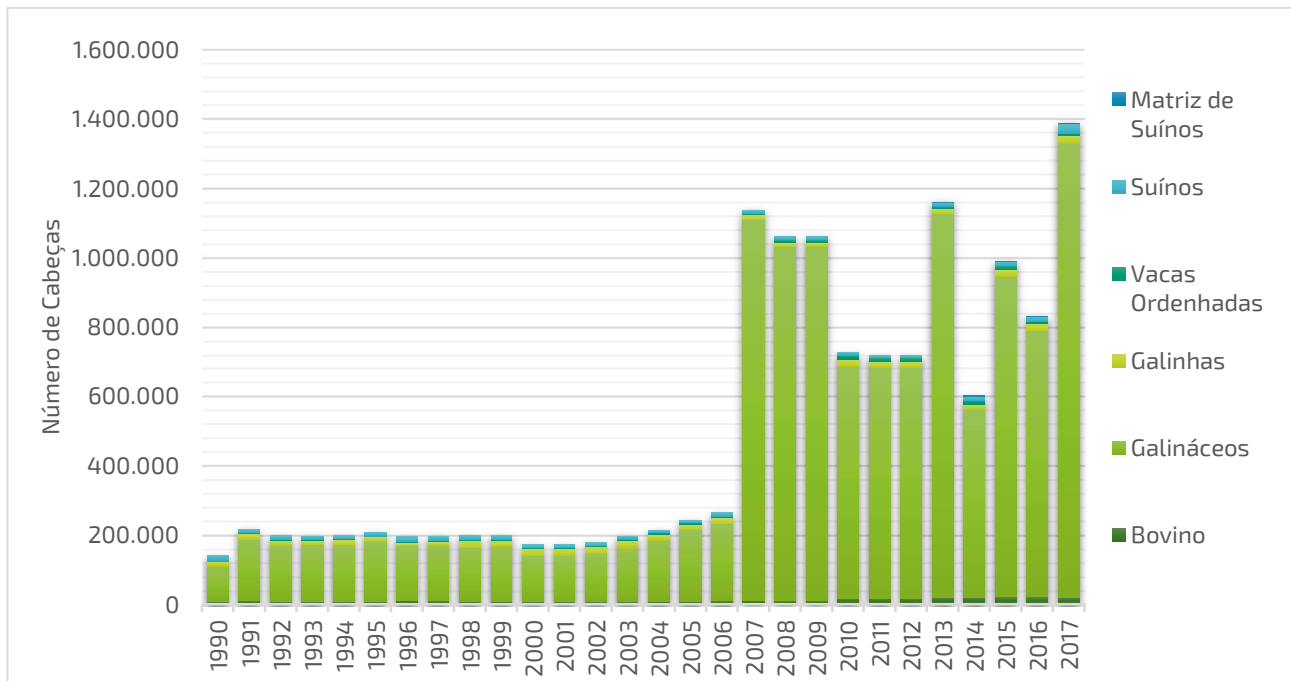
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos reais⁴, é possível observar (Figura 15) que o valor máximo da produção da lavoura temporária foi de R\$ 35,6 milhões em 2003, mas nos anos seguintes houve redução no valor total da produção fechando 2018 em R\$ 24,4 milhões.

Embora as culturas de lavoura temporária tenham apresentado oscilações no período, com momentos de queda expressiva e sequente recuperação, algumas apresentaram elevação no valor da produção quando se comparam os pontos extremos, como no caso da soja que em 1998 apresentou um valor de R\$ 678,5 mil e em 2018 um valor de R\$ 11,2 milhões, um aumento expressivo.

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, a Figura 16 mostra uma elevação no total dos rebanhos de 1990 a 2017, quando passaram de 140,2 mil cabeças para 1,4 milhões de cabeças.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 – 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

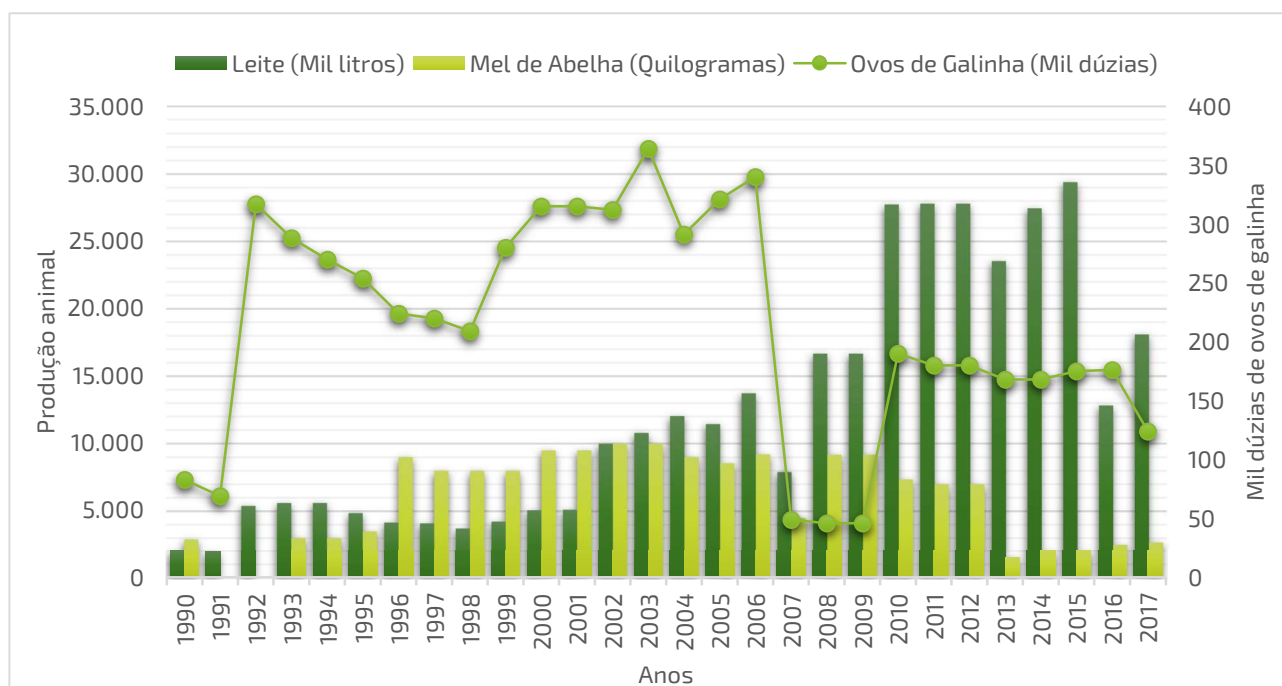
⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Isso se deve principalmente ao rebanho dos galináceos⁵ que aumentou de 102,3 mil cabeças (1990) para 1,3 milhões de cabeças (2017), um crescimento de aproximadamente 1.189,4% na produção deste rebanho.

Houve acréscimo de 73,35% no rebanho de galinhas, de 88,71% no rebanho suíno, e de 179,59% no rebanho bovino. Enquanto o acréscimo no rebanho de vacas ordenhadas foi de 151,45%.

Tendo por base a Figura 17 é possível observar que a produção leiteira comercial no município, nos anos de 1990 a 2017, apresentou tendência de crescimento, embora tenha apresentado algumas quedas no período. No ano de 1990, foram produzidos 1,9 milhões de litros de leite no município. Já em 2017 a produção foi de 18,1 milhões de litros de leite, um acréscimo substancial.

Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A produção de mel no ano de 1990 foi de 2,9 mil quilos, mas deixou de ser produzida nos anos de 1991 e 1992. Em 1993, o mel volta a ser produzido, obtendo uma produção de 3 mil

⁵ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie *Gallus gallus* (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

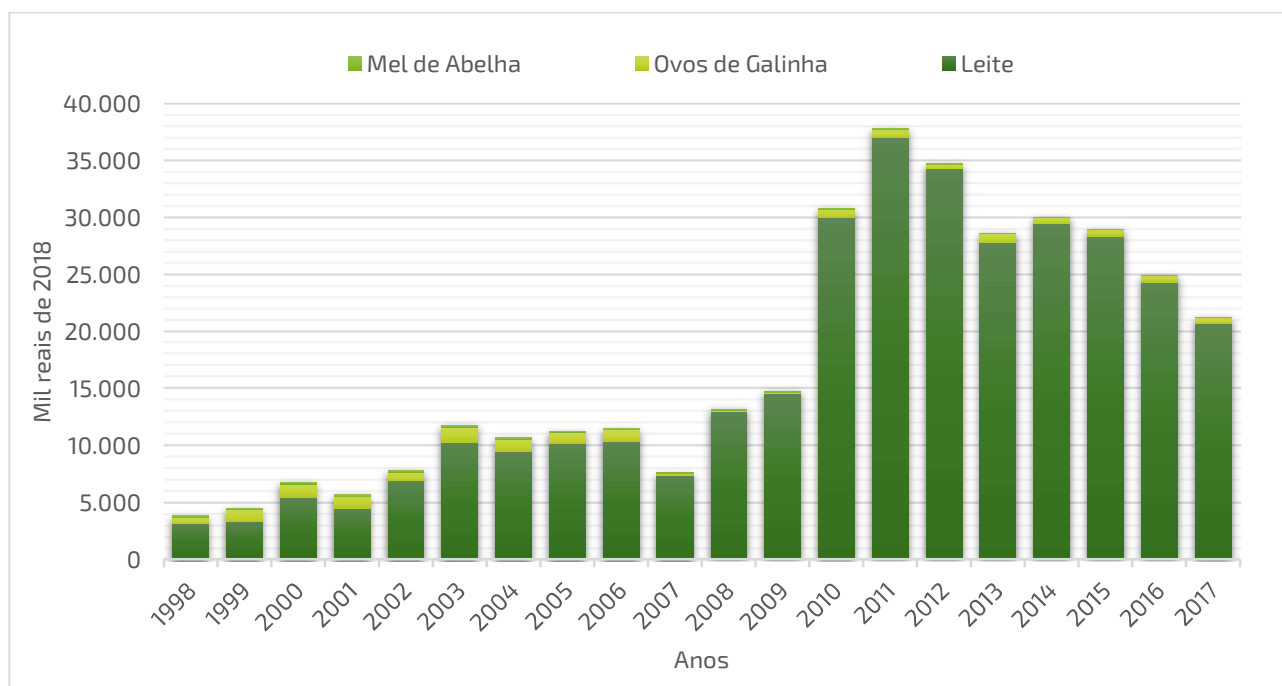
quilos, chegando ao pico nos anos de 2002 e 2003 quando soma uma produção de 10 mil quilos, a partir de então enfrenta oscilações e fecha 2018 com 2,6 mil quilos.

Quanto à produção de ovos, foram produzidas 83 mil dúzias no ano de 1990 e 124 mil dúzias no ano de 2018. Apesar dessa elevação, a produção fechou o ano bem abaixo da produção de 2003 (momento de pico), a qual era de 364 mil dúzias.

O município registrou produção de ovos de codorna, entretanto, em escala inferior, em que, nos anos de 1996 a 2002, foram produzidas mil dúzias, e no ano de 2017 foram 3 mil dúzias. Nos demais anos não apresentou produção.

A produção de leite é de grande impacto no valor da produção animal (figura 18). Neste sentido, é possível observar que a produção leiteira comercial no município alcançou R\$ 37,02 milhões em 2011 (maior valor no período). No ano de 2017, o valor da produção de leite foi equivalente a R\$ 20,69 milhões.

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1998 – 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Por sua vez, o valor da produção de ovos, em 2017, fechou em R\$ 509 mil, após ter apresentado um valor máximo de produção de R\$ 1,3 milhão em 2003.

Apesar das oscilações no valor da produção, este evoluiu de R\$ 11,4 milhões para R\$ 21,2 milhões entre 2006 e 2017, o que atesta a importância do segmento pecuário para a agropecuária do município.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

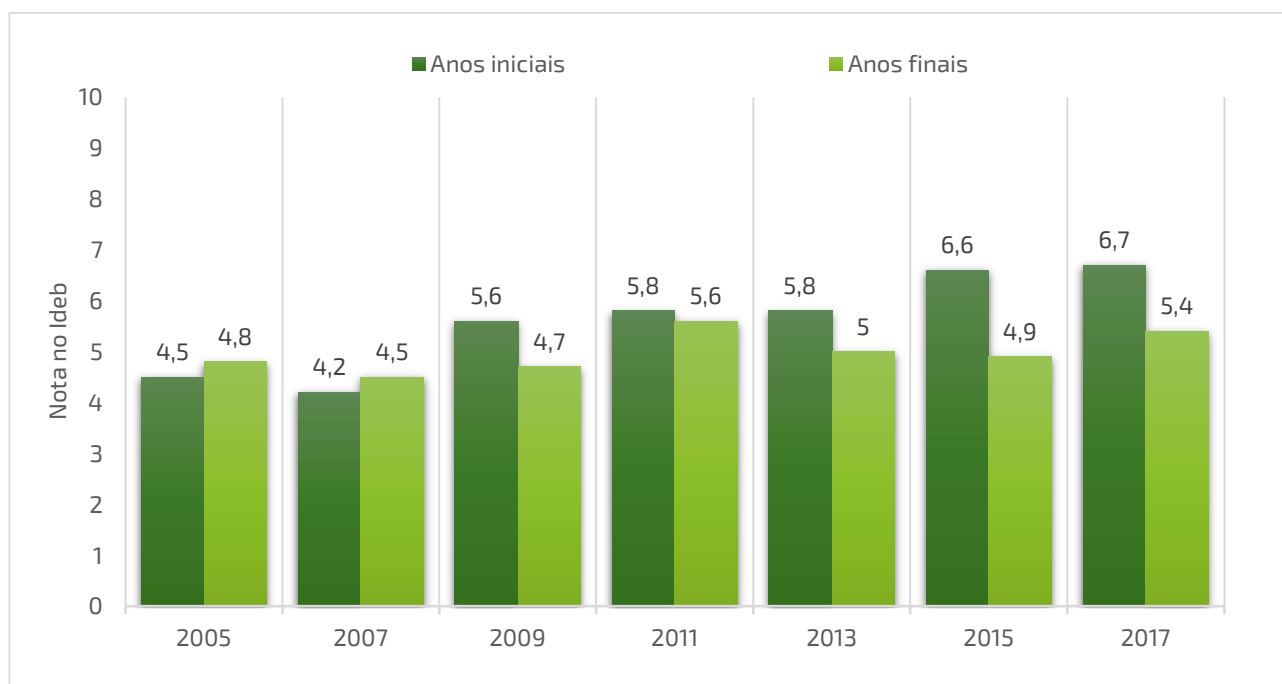
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 98,9%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 503 matrículas no ensino fundamental e 145 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 54 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 21 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 5 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19. Neste sentido, pode-se perceber que a educação dos anos iniciais teve uma redução nos primeiros anos analisados, mas evoluiu de 2009 até 2017, momento em que atingiu a nota 6,7.

Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que o desempenho dos alunos do município durante o período estudado oscilou bastante, passando de 4,8 em 2006 para 5,4 em 2017.

Figura 19. IDEB das escolas do município de Iraceminha/SC: 2005 a 2017

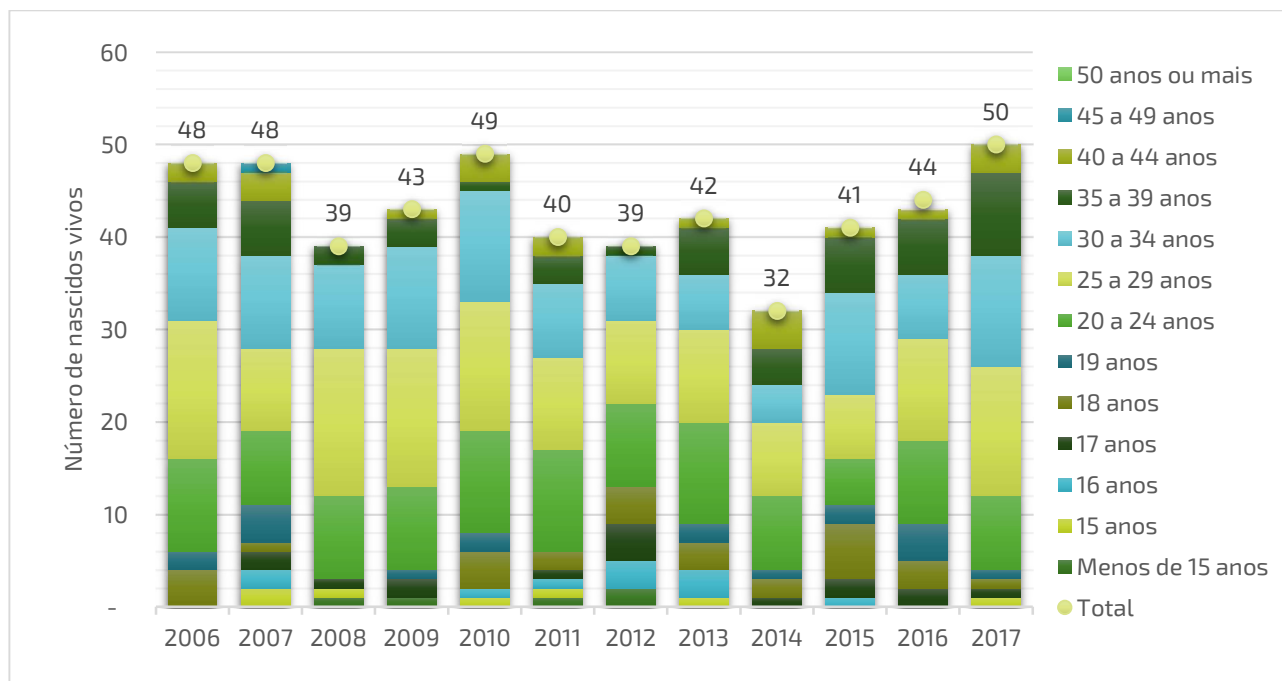
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município partiu de 48 nascidos vivos em 2006 para 50 em 2017, ano em que apresentou o maior número de nascidos vivos do período.

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos, de 30 a 34 anos, e as de 35 a 39 anos são responsáveis pelo maior número de partos. Em 2017 foram registrados dois partos em mães com menos de 18 anos, o que, apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados três partos de mães com mais de quarenta anos (Figura 20).

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Iraceminha/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 20,41 e "a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 20.41 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 44 de 295 e 235 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1039 de 5570 e 4284 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

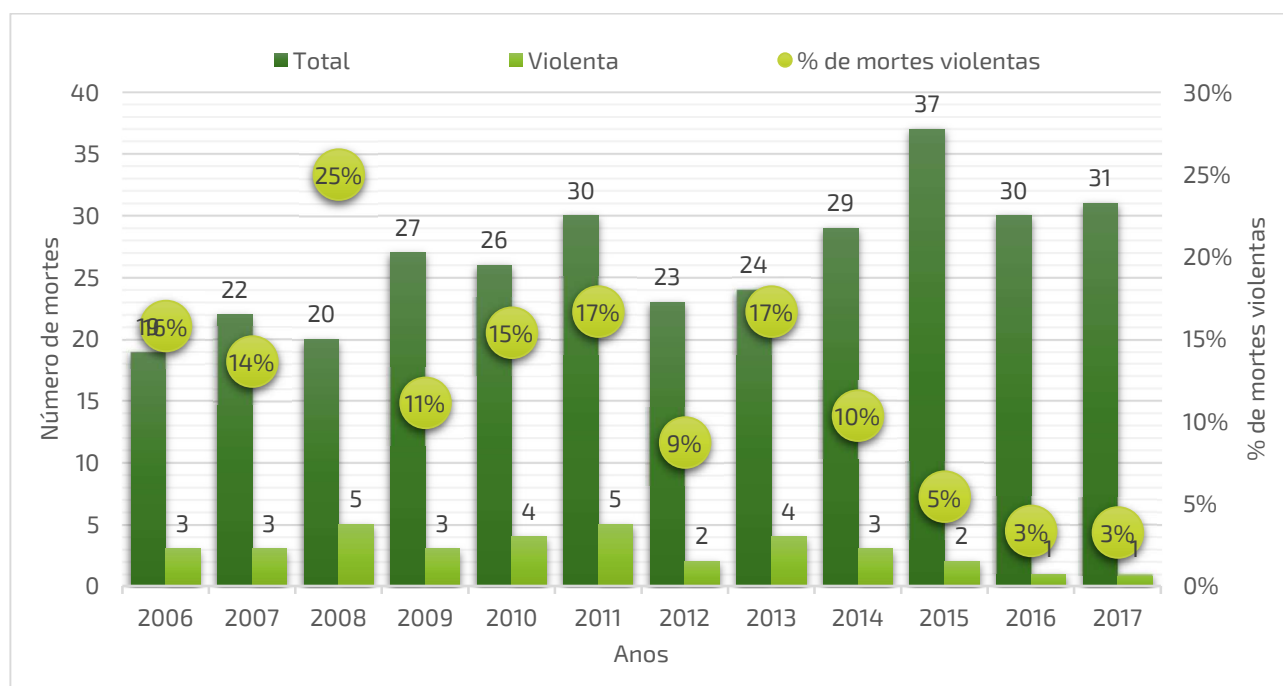
Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas nos anos de 2006 e 2017 (pontos extremos) foi de 16% e 3% respectivamente.

Em 2016 e 2017, chegou a alcançar o patamar mais baixo (3%) de mortes violentas em relação ao quantitativo de óbitos, em contrapartida, no ano de 2008 atingiu o patamar mais elevado (25%).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2006 com 19 mortes, porém 16% (03) destas foram de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2015 em um total de 37 mortes, sendo que 5% (02) destas foram de forma violenta.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 318 óbitos, dos quais 36 (11%) ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Iraceminha/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 11% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- a. Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- b. Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- c. Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- d. Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Interação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

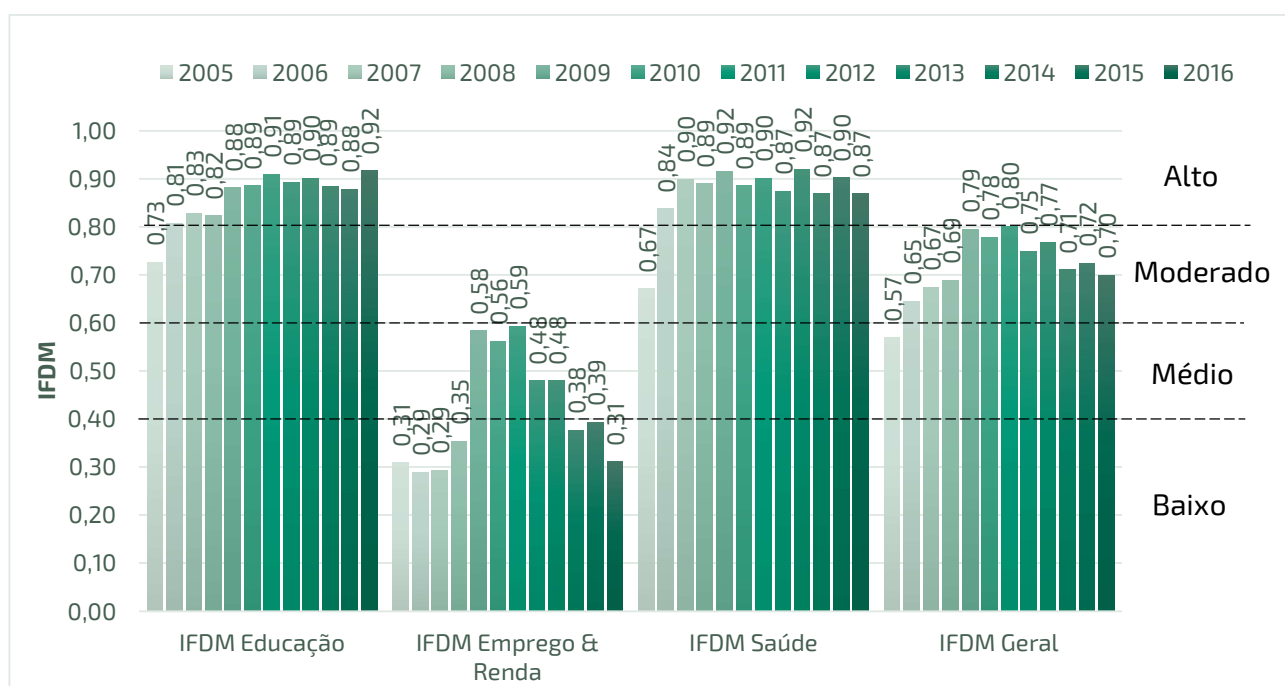
Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016.

Por outro lado, o índice relativo ao “emprego e renda” obteve o menor desempenho no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que o município melhorou o índice de 2005 a 2016, porém o emprego e renda apresentou em 2016 o mesmo índice de 2006. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Figura 22. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: 2005 – 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Iraceminha possui "15.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 55.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 16% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 268 de 295, 115 de 295 e 208 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3941 de 5570, 3917 de 5570 e 2186 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 16.437,50 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 5.236,34 mil hectares. Destes, cerca de 10% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), e 13,48% como Reserva Legal, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	16.437,50	
Número de imóveis rurais	522	
Área total dos imóveis rurais	5.236,34	31,86
Área média:	10,03	
Área mínima/máxima:	0,21 / 76,08	
APP	543,54	10,38
APP - Recomposição	6,95	0,13
Reserva Legal	705,95	13,48
Vegetação Nativa	1.275,96	24,37
Servidão Administrativa	65,68	1,25
Área Consolidada	3.652,53	69,75
Banhados	1	0,02
Número de Nascentes	173	0
Uso Restrito	1,48	0,03
Hidrografia	234,15	4,47
Topo de Morro	1	0,02
Áreas: Não Declarada - Outras	11.201,16	68,14

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme se observa na Tabela 5, os dados permitem observar que dos 522 imóveis rurais, 71% mantêm APP, 96% possuem Área Consolidada, e 92% contam com Vegetação Nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA²	% IR com EA³	% IR sem EA⁴
APP	371	550	151	71	29
Área Consolidada	501	3.653	21	96	4
Banhado	1	1	521	0	100
Hidrografia	336	207	186	64	36
Nascente olho d'água	134	-	388	26	74
Reserva Legal	398	706	124	76	24
Servidão Administrativa	352	66	170	67	33
Uso Restrito	3	1	519	1	99
Vegetação Nativa	478	1.276	44	92	8
Área topo de morro	0	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – IRACEMINHA					
Número Total de I.R.:	522	5.236,34			
Área Total do Município:		5.870,80			
% Área declarada/Área Município:		89,19			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como basilar para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção** e **produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado** regional, **nacional** e **global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização** e **valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades, Histórico e dados do município de Iraceminha (RS). 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho.

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA (RS). Dados Geográficos e História. 2019. Disponível em: <https://www.iraceminha.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/17439> Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.